

Redimensionamento do Projeto Pedagógico do CEFET-RN: Ponto de partida

Grupo de Trabalho Instituído pela

Portaria nº 228/2003 –GD/CEFET-RN:

Otávio Augusto de Araújo Tavares (Coordenador)

Dante Henrique Moura

Francisco das Chagas de Mariz Fernandes

Marco Aurélio Rocha de Azevedo

Maria das Graças Baracho

Ulisséia A'vila Pereira

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	04
2. RELAÇÕES SOCIEDADE, ESTADO, TECNOLOGIA, TRABALHO, CULTURA E EDUCAÇÃO	06
3. CONCEPÇÃO DE SER HUMANO	10
4. CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO	11
5. CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO	13
5.1. Princípios norteadores do currículo	13
5.1.1. Estética da sensibilidade	13
5.1.2. Política da igualdade	13
5.1.3. Ética da identidade	14
5.1.4. Currículo voltado para o desenvolvimento de competências	14
5.1.5. Interdisciplinaridade	14
5.1.6. Contextualização	16
5.1.7. Flexibilidade	16
5.1.8. Empreendedorismo	16
6. DIRETRIZES PARA A AÇÃO DO CEFET-RN	16
6.1. Função Social	16
6.2. Características e objetivos	17
6.3. Integração entre ensino, pesquisa e extensão	18
6.4. Concepção de competência	18
6.5. Concepção de avaliação	20
7. A NOVA IDENTIDADE INSTITUCIONAL	21
7.1. O ensino médio	21
7.2. O nível técnico	22
7.3. O nível tecnológico	23
7.4. O nível básico	24
7.5. A formação de professores	26

7.6. A pesquisa	26
7.7. A extensão	27
7.8. O modelo proposto	28
7.8.1. Pressupostos e descrição do modelo proposto	28
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – O modelo proposto	30
------------------------------	----

1. INTRODUÇÃO

No atual contexto socioeconômico mundial, nacional, regional e local que resultou, entre outros aspectos, nas reformas educacionais brasileiras em geral e, mais especificamente, nas ocorridas no âmbito da educação profissional, O CEFET-RN, assim como toda a rede federal de educação tecnológica, vem ampliando e diversificando substancialmente sua oferta formativa. Neste contexto, em pouco tempo a Instituição deixou de atuar, quase exclusivamente, na formação de técnicos de nível médio para operar nos níveis básico, técnico e tecnológico da educação profissional, no ensino médio, na formação de professores e, inclusive, na pós-graduação *latu senso*.

Evidentemente, essa verdadeira transformação institucional deveria ter sido acompanhada do redimensionamento de seu projeto pedagógico. Para essa constatação, contribuíram, principalmente:

- a) Reflexões no âmbito das distintas gerências educacionais (gerentes, professores e equipe pedagógica);
- b) Reflexões no âmbito das gerências e diretorias (diretores e gerentes);
- c) Pesquisas realizadas por profissionais da Instituição, orientadas à análise do funcionamento da Organização; e
- d) *Feedback* de agentes externos.

O conjunto desses elementos permitiram construir o seguinte cenário institucional:

- a) Existe um projeto pedagógico do nível técnico da EP (1999) e outro do ensino médio (2000), que não estão sendo plenamente implementados;
- b) Os dois projetos anteriores têm bases conceituais distintas e não estão articulados entre si, mas poderiam estar, conforme sugere a legislação vigente;
- c) Não existe um projeto pedagógico para o nível tecnológico da EP, embora exista o Regimento Interno dos cursos superiores de tecnologia (com base na Organização Didática de 1994);

- d) As diretrizes institucionais para os cursos do nível básico da EP (PROEP/1998) não estão sendo totalmente implementadas e, além disso, não dão conta de toda a amplitude dessas ofertas;
- e) Não existe um projeto pedagógico integrador para a formação de professores (licenciaturas);
- f) Não estão plenamente articuladas as políticas de pesquisa, extensão e ensino;
- g) Apesar do descrito anteriormente, a Organização Didática de 2002 contempla normas gerais de funcionamento de todas as ofertas institucionais.

Diante desse quadro, faz-se necessário redimensionar/reconstruir o projeto pedagógico institucional para que passe a integrar todas as ofertas formativas em um conjunto sistêmico, consistente, coerente e intencionado de atividades acadêmicas, voltadas, indissociavelmente, para o ensino, a pesquisa e a extensão, que devem ocorrer em um ambiente de constante interação com o mundo do trabalho e a sociedade em geral.

Além disso, a ação da Instituição deve estar fundamentada pelos princípios emanados da Constituição Federal e da LDB, de forma que suas ações educativas devem ser pautadas pelos seguintes princípios: liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância; valorização do profissional da educação; gestão democrática; garantia de um padrão de qualidade; valorização de experiência extra-escolar; e vinculação entre a educação escolar, o mundo do trabalho e as práticas sociais.

Evidentemente, não é tarefa fácil redimensionar o projeto pedagógico de uma Instituição complexa como o CEFET-RN. Neste sentido, o Grupo de trabalho, uma vez constituído, concluiu que:

- a) Um trabalho dessa natureza só tem possibilidade de êxito caso haja uma ampla participação de todos os segmentos que integram a Organização, posto que isso gera comprometimento com os resultados alcançados e envolvimento nas ações decorrentes;
- b) O prazo de 120, estabelecido pela Portaria nº 228/2003-DG/CEFET-RN não é suficiente para o redimensionamento do projeto pedagógico numa perspectiva de participação coletiva.

Em função desse quadro, o Grupo de Trabalho optou pela seguinte estratégia de ação durante os 120 dias já mencionados:

- a) Desenvolver estudos com vistas a estabelecer, preliminarmente, os princípios e concepções básicas que devem / podem nortear o projeto (concluído);
- b) Desenvolver estudos com vistas a elaborar um modelo pedagógico preliminar que atenda a esses pressupostos (concluído);
- c) Realizar discussões, a partir de 22/10/2003, com a equipe pedagógica e todas as gerências educacionais a respeito desses princípios, concepções e modelo com o objetivo de coletar subsídios que visem alterá-los, aperfeiçoá-los ou reconstruí-los (até 30/11/2003);
- d) Sistematizar essas contribuições (até 21/12/2003);
- e) Propor estratégias que visem à continuidade dos trabalhos e a incorporação dessas contribuições a fim de alterar, aperfeiçoar ou reconstruir as propostas iniciais (até 21/12/2003);
- f) Além de todo o anterior, a comissão está aberta e solicita contribuições de qualquer segmento institucional ou de indivíduos relativamente à essa tarefa nos horários de reunião (segunda, quarta e quinta-feira das 8 às 10 horas em uma sala da DE) ou através de contato pessoal com qualquer de seus membros;

Finalmente, esclarecemos que este Ponto de Partida está dividido em 9 partes. Nesta primeira, se apresentou o cenário que levou à necessidade de redimensionar o projeto pedagógico institucional e a estratégia de ação para o desenvolvimento do trabalho. Na segunda, se apresenta uma breve discussão sobre as relações entre sociedade, Estado, tecnologia, trabalho, cultura e educação como base para a construção dos conceitos e princípios basilares da proposta pedagógica em reconstrução. A terceira, quarta e quinta, tratam das concepções de ser humano, de educação e de currículo. Na sexta, se discorre sobre as diretrizes que devem orientar a ação do CEFET-RN. A sétima trata de uma proposta para a nova identidade institucional. Finalmente, se apresenta a bibliografia que orientou a elaboração do documento na última parte deste documento.

2. RELAÇÕES SOCIEDADE, ESTADO, TECNOLOGIA, TRABALHO, CULTURA E EDUCAÇÃO

A sociedade atual é caracterizada por múltiplas denominações, como a sociedade em rede (Castells, 1997), a revolução semiótica (Dieterich, 1999), além de outros termos mais utilizados como sociedade pós-moderna, sociedade da aprendizagem, sociedade da informação, sociedade do conhecimento e muitíssimas outras adjetivações, mas o importante é que, qualquer que seja a denominação sua "marca registrada" é a compressão de tempo, a qual viabiliza o rápido avanço da globalização econômica. Para isto contribui significativamente, as novas tecnologias da informação e da comunicação.

São características marcantes dessa globalização econômica (Projeto de Reestruturação Curricular, 1999):

- a) O Estado como ator coadjuvante (principalmente nos países periféricos);
- b) A busca desmedida pelo fortalecimento dos mercados em detrimento das prioridades sociais;
- c) A multiculturalidade e a interculturalidade através de um complexo processo de intercâmbio de indivíduos, coletividades, nações e nacionalidades, que produzem contraditoriamente, de um lado, a interdependência e a integração, e, de outro, a fragmentação e o antagonismo;
- d) As transformações científico-tecnológicas atingem todas as atividades humanas na grande maioria dos países do mundo, de forma que a tecnologia é assumida como um valor positivo, gerando a hegemonia da racionalidade tecnológica sobre a racionalidade ética. Essa racionalidade passa a organizar o mundo com base na razão instrumental e nos princípios da produtividade, lucratividade e qualidade;
- e) A tecnologia subordinada à lógica do mercado, reduz o trabalho humano, intensifica o ritmo de trabalho, assegura o aumento da produção, da produtividade e do valor agregado a produtos e serviços, constituindo-se por, essa via, em um poder social;
- f) Concentração de riqueza;
- g) Precarização do emprego e das relações de trabalho.

Apesar dessas dificuldades, alguns avanços importantes emergem desse contexto:

- a) Sem voltar muito no tempo se pode olhar em direção ao princípio do século XX e constatar a melhoria dos índices de qualidade de vida de grande parte da humanidade ocorrida ao longo desses cem anos e constatar que elas estão vinculadas, em grande parte, às novas tecnologias;
- b) Na medicina os avanços tecnológicos (eletricidade, eletrônica, microeletrônica, informática, telecomunicações, além dos próprios da medicina) produziram transformações que estão diretamente relacionados com o aumento da expectativa de vida da população;
- c) A eletricidade proporcionou uma imensa quantidade de comodidades nos lares. Solucionou problemas como aquecimento, refrigeração, viabilizou o fornecimento de água com boa qualidade, entre muitos outros;
- d) O acesso à educação foi ampliado ao redor de todo o planeta.

Continuando essa análise dos avanços tecnológicos nas distintas áreas do conhecimento se encontrarão grandes contribuições para a melhoria de qualidade da vida humana. Ocorre que, infelizmente, esses benefícios não são distribuídos indistintamente a todos os cidadãos e nações. Existem os que têm direito a eles e os que não. Então, o que fazer desde o âmbito educativo em geral e da educação profissional em particular? Aceitar essa situação com resignação? Não, claro que não. Algo tem que ser feito, mas, inicialmente, é necessário situar bem o papel da educação na atual sociedade.

Existe um certo lugar comum nos discursos sobre a educação para o desenvolvimento que expressa a idéia de que a formação está univocamente vinculada ao desenvolvimento econômico. Ou seja, se há alto nível educacional, há mais desenvolvimento econômico (Frigotto, 1999). Ou dito de outra forma, a educação é responsável pelo desenvolvimento econômico. Se esta relação fosse verdadeira a educação seria responsável pelo desemprego estrutural do primeiro mundo ou pela miséria do terceiro. Evidentemente, essa não é uma afirmação correta. Nesse sentido, a seguinte contribuição corrobora essa idéia:

"É certamente demagógico afirmar que a miséria latino-americana seja o resultado da deficiente educação do subcontinente, quando há uma série de variáveis determinantes de igual ou maior importância, como são: a dívida externa; a corrupção das elites; o protecionismo do primeiro mundo que se beneficia dez vezes mais do que lhe dá em termos de ajuda; ..."
(Dieterich, 1999:87).

Obviamente o papel da educação é muito importante, mas não se lhe pode atribuir um poder inexistente, pois a atuação isolada desde essa esfera não tem o poder de resolver os grandes problemas socioeconômicos do planeta. Neste sentido, para que desde o âmbito educativo se contribua para a construção de mudanças significativas no modelo social vigente é necessário:

- a) Abandonar o enfoque que atribui os insucessos educacionais, exclusivamente, às Reformas e Contra-reformas e seus efeitos: rigidez da legislação, instabilidade nas políticas e crise econômica nos investimentos na educação, pois aos educadores e educadoras ainda lhes resta o controle de importantes condições internas do processo ensino-aprendizagem. Condições sólidas, que repercutem diretamente sobre elementos como método, avaliação, conteúdo, qualidade dos processos e dos resultados (Cabello, 1998);
- b) Contribuir para que se estabeleça um verdadeiro diálogo social (e nele inserir-se) do qual têm que participar distintos pontos de vista, como o da sociologia, das ciências da educação, da psicologia, da economia, da organização empresarial, dos sindicatos de empregados e empregadores, além de outros atores sociais que integram a sociedade civil organizada. Desta forma, existe alguma possibilidade de êxito (não a garantia), mas sem sua consolidação, seguramente, se manterá a realidade vigente, onde os interesses dos atores que detêm o poder econômico prevalecem sobre os demais.

Esse diálogo deve estar orientado a:

- a) Contribuir para a conscientização (Freire, 1980) dos indivíduos / coletivos, instituições e da sociedade em geral sobre essa realidade. Esse processo deve ser o pilar básico para que se construa um gradual processo de transformação social, sem perder de vista todas as limitações, obstáculos e possibilidades existentes;
- b) Capacitar a organização e, em conseqüência, os docentes e toda a comunidade educacional para mover-se fora do centro da cultura dominante, aproximar-se a ela para entendê-la, processá-la e analisá-la criticamente juntamente com os estudantes a fim de ajudá-los a descobrir e entender os processos de construção social presentes na sociedade em que vivem (pedagogia fronteira da resistência pós-moderna, Giroux y Aronowitz, 1990, citados por Coronel Llamas, 1998);

- c) Fortalecer a racionalidade ética frente à racionalidade tecnológica;
- d) Impulsionar o uso social das tecnologias (Projeto de Reestruturação Curricular, 1999);
- e) Promover o desenvolvimento e a consolidação de uma concepção de educação profissional que contemple as funções reprodutora e transformadora da educação, ou seja, que proporcione, em todas as ofertas educativas dos distintos níveis e ciclos, uma sólida formação técnica e humanística dos diferentes grupos destinatários;
- f) Buscar os meios de fazer com que o trabalho guarde ou reencontre a capacidade de integrar na vida coletiva os que hoje se vêem diante de um processo que os conduz à exclusão social (Projeto de Reestruturação Curricular, 1999);
- g) Deslocar o conceito de empregabilidade da responsabilidade do indivíduo para o de uma construção social da qual devem participar, no mínimo, os indivíduos / coletivos, as empresas, os poderes públicos e as entidades de classe (DIEESE, 2002).

3. CONCEPÇÃO DE SER HUMANO

Neste projeto se abandona a visão unilateral que define o homem pela racionalidade (*homo sapiens*), pela técnica (*homo faber*), pelas atividades utilitárias (*homo economicus*) ou pelas atividades obrigatórias (*homo prosaicus*) para assumir uma visão complexa na qual

“o homem da racionalidade também é o da afetividade, do mito e do delírio (demens). O homem do trabalho é também do jogo (ludens). O homem empírico é também o homem imaginário. O homem da economia é também o do consumismo (consumans). O homem prosaico é também o da poesia, isto é, do fervor, da participação, do amor, do êxtase.” (Morin, 2000:58)

Neste sentido, o homem é concebido como ser integral, “o qual, no confronto com outros sujeitos, afirma a sua identidade social e política, e reconhece a identidade de seus semelhantes, ambas construídas nos processos de desenvolvimento da individualização e da intersubjetividade” (Projeto de Reestruturação Curricular, 1999:47). Essa concepção de homem resulta em pensar um “eu” socialmente competente, um sujeito político, um cidadão “que busca a autonomia, a auto-realização e a emancipação através de sua participação responsável e crítica nas esferas sócio-econômico-políticas. Isto consiste em perceber o

homem como um ser capaz de colocar-se diante da realidade histórica para, entre outros aspectos, reagir à coerção da sociedade, questionar as pretensões de validade e de normas sociais, construir uma unidade de interesses e descobrir novas estratégias de atuação solidária” (Projeto de Reestruturação Curricular, 1999:47).

Esta concepção de homem é mais ampla do que a requerida pela lógica da globalização econômica, de forma que os processos educativos estruturados a partir desse referencial deverão atender às demandas por *“profissionais que sejam capazes de lidar com a incerteza, gerar e gerir idéias, relacionar-se com outros trabalhadores e clientes, demonstrar criatividade, preservar a sua individualidade, trabalhar em equipe, argumentar, promover o consenso, ter responsabilidade, liderar, cooperar, inovar, ter espírito empreendedor, aprender para o exercício das funções atuais e do futuro imediato, desenvolver a emotividade e experiência estética, gerir as mudanças, ter atitude ética, saber usar a liberdade, ser autônomo, buscar o crescimento pessoal e lidar com os paradoxos da vida contemporânea”* (Projeto de Reestruturação Curricular, 1999: 48). Além disso, como a concepção de homem aqui defendida é mais ampla do que a exigida pelo mercado, os processos educativos estruturados a partir desse referencial de ser humano também estarão orientados a contribuir para a formação de profissionais-cidadãos capazes de participar politicamente na sociedade, atuando como sujeitos nas esferas pública, privada e no terceiro setor, espaços privilegiados da prática cidadã, em função de transformações que apontem na direção de uma sociedade mais justa e igualitária.

4. CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO

O CEFET-RN assume que a educação é o processo formativo do educando nos campos biológico, psicológico, político, cultural, econômico e social, visando a aquisição, geração e aplicação do saber, de valores e princípios éticos que preparem o indivíduo para no convívio social e para ele, num determinado contexto espacial e temporal, bem como, para que possa intervir na sociedade em função de sua transformação visando avanços na direção da equidade social.

Desta forma, os 4 pilares da educação, aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser, devem contribuir para que os cidadãos possam conviver e posicionar-se diante das tensões ou antagonismos presentes na sociedade, numa perspectiva de sua superação (Delors, 1996):

- a) A tensão entre o mundial e o local;
- b) A tensão entre o universal e o singular;
- c) A tensão entre tradição e modernidade;
- d) A tensão entre o longo e o curto prazo;
- e) A tensão entre a indispensável competência e a preocupação pela igualdade de oportunidades;
- f) A tensão entre o extraordinário desenvolvimento dos conhecimentos e as capacidades de assimilação do ser humano;
- g) A tensão entre o espiritual e o material.

Da mesma forma, a concepção de educação aqui assumida deve ocupar-se de outros saberes muito importantes (Morin, 2001):

- a) As cegueiras do conhecimento. A educação deve mostrar que o conhecimento sempre está ameaçado, em algum grau, pelo erro e pela ilusão;
- b) Os princípios do conhecimento pertinente. A educação deve discutir os processos que resultam no acesso às informações sobre o mundo e como articulá-las, organizá-las e perceber e conceber o contexto local / regional / mundial e as relações entre o todo e as partes;
- c) Explicar a condição humana;

- d) Explicar a identidade terrena;
- e) Enfrentar a incerteza. A educação deve ocupar-se de formar cidadãos capazes de conviver com a imprevisibilidade do futuro;
- f) Explicar a compreensão. Nisso encontra-se a missão espiritual da educação, ou seja, ela deve ensinar a compreensão entre as pessoas como condição e garantia da solidariedade intelectual e moral da humanidade;
- g) A ética do gênero humano. A educação deve explicar as relações indivíduo / sociedade / espécie, pois as relações entre os indivíduos produzem a sociedade, a qual retroage sobre os mesmos indivíduos e a espécie.

5. CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

Para esta Instituição, o currículo é um conjunto integrado e articulado de atividades, pedagogicamente concebidas a partir de uma determinada visão de homem, de mundo, de sociedade, de trabalho, de cultura e de educação, organizadas para promover a construção e a reconstrução do conhecimento visando o desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade.

5.1. Princípios norteadores do currículo

5.1.1. Estética da sensibilidade

A estética da sensibilidade é entendida como uma atitude que qualifica o fazer humano à medida que afirma que a prática deve ser sensível a valores que fazem parte de uma cultura e que devem impregnar, com relevância, as situações de ensino-aprendizagem em todos os seus ambientes.

Refere-se:

- Ao fazer;
- À prática social;
- Ao conceito de qualidade e respeito ao outro;
- À cultura do trabalho centrada no gosto pelo atividade bem feita.

5.1.2. Política da igualdade

A política da igualdade deve ser buscada no sentido de permitir o acesso, a permanência e a qualidade da educação ministrada no CEFET/RN como forma de preparação para o exercício de atividades dentro da sociedade como cidadão e trabalhador. Além disso, é necessário extrapolar essa igualdade formal e caminhar na busca da equidade no acesso à educação, ao emprego, à saúde, ao meio ambiente saudável e a outros benefícios sociais, como forma de oportunizar tratamento diferenciado visando a promoção da igualdade entre desiguais.

Refere-se:

- À busca de equidade;
- À diversidade na organização curricular e pedagógica;
- Ao combate a todas as formas de discriminação;
- Ao desenvolvimento de condutas de participação e solidariedade, respeito e senso de responsabilidade, pelo outro e pelo público;

5.1.3. Ética da identidade

A ética da identidade, fundamentada na estética da sensibilidade e na política da igualdade, deve contribuir permanentemente para a formação de profissionais-cidadãos autônomos e, portanto, capazes de gerenciar sua vida profissional e pessoal. Neste sentido, deve estar voltada para o desenvolvimentos de competências orientadas ao saber fazer bem feito as tarefas dentro de determinado campo profissional, como também, na perspectiva de assumir atitudes essenciais ao convívio em sociedade e à sua transformação em função dos interesses coletivos.

Refere-se:

- Ao homem autônomo;
- Ao valor de competências;
- Ao saber fazer atividades de caráter profissional e social.

5.1.4. Currículo voltado para o desenvolvimento de competências

O CEFET-RN assume que toda sua ação educacional será estruturada de forma que o educando desenvolva as competências técnico-cognitivas, organizacionais, comunicativas, sociais, comportamentais e políticas, conforme as exigências e especificidades de cada oferta.

5.1.5. Interdisciplinaridade

Para o CEFET-RN, a interdisciplinaridade não é justaposição de conhecimentos de diferentes componentes curriculares, mas sim, uma atitude no desenvolvimento da ação pedagógica ou de abordagem aplicativa das ciências, a qual, implica em estabelecer articulações e interações que sejam pertinentes e adequadas à construção do conhecimento de cada uma das disciplinas particulares envolvidas no processo de ensino-aprendizagem.

Neste sentido, na interdisciplinaridade

“tem-se uma relação de reciprocidade, de mutualidade, em regime de co-propriedade que possibilita um diálogo mais fecundo entre os vários campos do saber. A exigência interdisciplinar impõe a cada disciplina que transceda sua especialidade formando consciência de seus próprios limites para acolher as contribuições de outras disciplinas. A interdisciplinaridade provoca trocas generalizadas de informações e de críticas, amplia a formação geral e questiona a acomodação dos pressupostos implícitos em cada área, fortalecendo o trabalho de equipe”. (Centro de informações Multieducação” Internet, em 08/10/2003, em http://www.rio.rj.gov.br/multirio/cime/ME04/ME04_007.html).

Além disso, são princípios gerais da interdisciplinaridade, assumidos neste projeto (Sato, 2000):

- a) Não considerar somente as relações entre as disciplinas, mas, fundamentalmente, o objetivo do curso em si com as pessoas responsáveis pelas disciplinas;
- b) Reagrupar as disciplinas em torno da proposta pedagógica (processo ensino-aprendizagem);
- c) Considerar a comunicação professor-aluno, ao invés da possibilidade de envolvimento dos alunos;

- d) Equilibrar as diferentes áreas de conhecimento, na base da heterogeneidade (humanas, exatas, biológicas, etc.); e
- e) Considerar os objetivos do curso, em detrimento do excessivo conteúdo que cada especialista tende a exaltar.

Todo esse contexto implica na adoção, por parte de todos os segmentos que integram o CEFET-RN, de uma atitude interdisciplinar, pois não é apenas o professor que tem que buscar essa prática. Isso é incontestável e imprescindível, mas é impossível de ser alcançado se a própria estrutura de gestão não avançar nessa perspectiva, ou seja, as diretorias, as gerências, as coordenadorias e demais unidades que integram o organograma institucional devem adotar uma postura interdisciplinar, sob pena de não se conseguir levar à prática essa noção de interdisciplinaridade aqui assumida.

5.1.6. Contextualização

A contextualização implica em aprendizagens ativas e significativas, que resulta na necessidade de observar as diferentes dimensões envolvidas no processo de aprendizagem a partir do cognitivo e do afetivo dentro de um determinado contexto social, econômico, político e cultural. Neste sentido, é necessário olhar para fora da escola e para o seu entorno com uma perspectiva de futuro para a humanidade.

Desta forma, a contextualização se dá em um tempo e espaço definidos e dentro de determinados pressupostos do conhecimento científico.

5.1.7. Flexibilidade

Implica na operacionalização de um currículo que tenha diferentes perspectivas na sua trajetória acadêmica, permitindo ao estudante condições para avançar quando demonstrar condições para isso e ter estudos de complementação necessários ao desenvolvimento das competências gerais e específicas das áreas de conhecimentos científicos e ou das profissionais, quando for o caso.

5.1.8. Empreendedorismo

Implica em desenvolver atividades educativas que possibilitem ao educando a aquisição de atitudes empreendedoras com a própria vida e com as oportunidades oferecidas pela sociedade.

6. DIRETRIZES PARA A AÇÃO DO CEFET-RN

6.1. Função social

O CEFET/RN tem por função social a formação do trabalhador-cidadão nos diferentes níveis de educação profissional, compreendendo o básico, o técnico e o ensino superior na área tecnológica, além do ensino médio e da formação de professores, através de um processo de apropriação e de geração de conhecimentos científicos e tecnológicos visando uma atuação competente e ética no mundo produtivo, no campo da pesquisa e na prestação de serviços à população, de modo a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

6.2. Características e objetivos

O Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte tem como características básicas (Decreto nº 2.855/98):

- I – Oferta de educação profissional, levando em conta o avanço do conhecimento tecnológico e a incorporação crescente de novos métodos e processos de produção e distribuição de bens e serviços;
- II – Atuação prioritária na área tecnológica nos diversos setores na economia;
- III – Conjugação, no ensino, da teoria com a prática;
- IV – Integração efetiva da educação profissional aos diferentes níveis e modalidades de ensino ao trabalho, à ciência e à tecnologia;
- V – Utilização compartilhada dos laboratórios e dos recursos humanos pelos diferentes níveis e modalidades de ensino;

- VI – Oferta ao ensino superior tecnológico diferenciando-se das demais formas de ensino superior;
- VII – Oferta de formação especializada, levando em consideração as tendências do setor produtivo e do desenvolvimento tecnológico;
- VIII – Realização de pesquisas aplicadas e prestação de serviços;
- IX – Desenvolvimento da atividade docente estruturada, integrando os diferentes níveis e modalidades de ensino, observada a qualificação exigida em cada caso;
- X – Desenvolvimento do processo educacional que favoreça, de modo permanente, a transformação do conhecimento de bens e serviços em benefício da sociedade;
- XI – Integração das ações educacionais com as expectativas da sociedade e as tendências do setor produtivo.

O Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte, observadas as características definidas no artigo anterior, tem por objetivos (Decreto nº 2.855/98):

- I – Ministrando cursos de qualificação, requalificação e reprofissionalização e outros em nível básico da educação profissional;
- II – Ministrando ensino técnico, destinado a habilitação profissional, para os diferentes setores da economia;
- III – Ministrando ensino médio;
- IV – Ministrando ensino superior na área tecnológica;
- V – Oferecer educação continuada, por diferentes mecanismos, visando a atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais na área tecnológica;
- VI – Ministrando cursos de formação de profissionais e especialistas, bem como programas especiais de formação pedagógica para as disciplinas de educação científica e tecnológica;
- VII – Realizar pesquisa aplicada, estimulando o desenvolvimento de soluções tecnológicas, de forma criativa, e estendendo os seus benefícios à comunidade.

6.3. Integração entre ensino, pesquisa e extensão

O Projeto Pedagógico é o elemento aglutinador de toda ação educacional do CEFET-RN. Neste sentido, deve integrar o ensino, a pesquisa e a extensão, os quais

deverão ser planejados, executados, acompanhados e avaliados sob a influência de um ambiente de constante interação com o mundo do trabalho e a sociedade em geral, o que possibilita maior contextualização e significação às atividades acadêmicas.

6.4. Concepção de competência

A Resolução CEB N.º 4/99, estabelece em seu Artigo 6º:

“Art. 6º Entende-se por competência profissional a capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho.” (Resolução N.º 4/99-CNE/CEB).

Por outro lado, segundo o Projeto de Reestruturação Curricular do CEFET/RN (1999),

“...o conhecimento é o resultado de um complexo e intrincado processo de modificação, reorganização e construção utilizado pelo aluno em diferentes níveis para assimilar e acomodar aos seus esquemas operatórios as informações e conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais, dando-lhes significação. Esse processo de assimilação e de construção do conhecimento depende das competências cognitivas – as modalidades estruturais da inteligência – ou das operações que o aluno utiliza para estabelecer relações com e entre os objetos, situações, fenômenos e pessoas. Incluem-se entre essas operações, as capacidades de observar, representar, imaginar, comparar, classificar, ordenar, memorizar, interpretar, criticar, levantar hipóteses, decidir e tantas outras.” (Projeto de Reestruturação Curricular, 1999: 124).

Ainda de acordo com o Projeto de Reestruturação Curricular (1999), as competências técnico-cognitivas compreendem as habilidades básicas, como o exercício do aprender a pensar. Isto significa o desenvolvimento da capacidade do indivíduo de reconhecer, definir problemas e solucioná-los, pensar estrategicamente, responder de modo criativo a situações novas, atuar de forma preventiva, demonstrar capacidade de abstração e associação e análise de dados e informações e propor modificações no processo de trabalho.

As competências organizacionais manifestam-se pela capacidade do indivíduo de planejar, de auto-organizar-se, de estabelecer métodos próprios, de gerenciar o próprio tempo e o espaço de trabalho.

As competências comunicativas traduzem-se pela capacidade de expressar-se e comunicar-se no ambiente social e do trabalho, de cooperar, de trabalhar em equipe, de manter o diálogo, de participar de contextos interativos, buscar o entendimento, o consenso, de questionar a validade das normas e renegociá-las para torná-las válidas e legítimas.

As competências sociais denotam o saber-ser, a capacidade de utilizar saberes que provém da esfera social nas diversas situações encontradas no mundo do trabalho e vive-versa.

As competências comportamentais revelam a capacidade de iniciativa, criatividade, vontade de aprender, abertura a mudanças, motivação, análise e avaliação de situações sociais e do mundo do trabalho, extrapolando o âmbito exclusivamente instrumental.

Ainda, as competências políticas permeiam todas estas situadas anteriormente e possibilitam a demonstração de uma visão crítica da vida, das relações sociais, do desenvolvimento da ciência e da tecnológica, do conteúdo e das conseqüências das ações humanas.

Diante do exposto, verifica-se que a definição de competência adotada na legislação de educação profissional brasileira está limitada ao saber fazer de forma a atender às necessidades do mundo do trabalho e dos setores produtivos. Há pois, que se ter cuidado em assumi-la de forma a atender as exigências legais, mas não se centrar apenas nesta dimensão da vida humana.

Nesta direção, entende-se que a noção de competência esboçada na Resolução CEB n.º 4/99, a qual homologa o Parecer n.º 16/99-CEB/CNE, é uma das dimensões do desenvolvimento de competências no ser humano, de forma que está contemplada dentro da concepção mais ampla acima explicitada e assumida pelo CEFET-RN.

6.5. Concepção de avaliação

A avaliação dá significado ao trabalho escolar e docente e à relação professor-aluno, como ação transformadora e de promoção social (em que todos devem ter direito de aprender), refletindo a sua concepção de sociedade, educação, de homem e de cultura .

Avalia-se para se constatar os conhecimentos dos alunos em nível conceitual, procedimental e atitudinal, para detectar erros, corrigi-los, buscando-se não registrar desempenho insatisfatório ao final do processo. Isso significa a busca por uma aprendizagem significativa para quem aprende e também para atender as necessidades do contexto atual.

Para tanto, o aluno deve saber o que será trabalhado em ambientes de aprendizagem, os objetivos para o estudo de temas e de conteúdos, e as estratégias que são necessárias para que supere as dificuldades apresentadas no processo.

Assim, essa avaliação tem como função priorizar a qualidade e o processo de aprendizagem, isto é, o desempenho do aluno ao longo do período letivo, quer seja bimestral, semestral, modular, entre outros, não se restringindo apenas a uma prova ou trabalho, conforme orienta a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/96).

Nesse sentido, o CEFET-RN propõe-se a desenvolver a avaliação numa perspectiva processual e contínua, buscando a formação de competências através de um processo interativo, considerando o aluno como ser criativo, autônomo e participativo.

Nessa perspectiva, é de suma importância que o professor utilize instrumentos de avaliação diversificados os quais lhe possibilitem observar melhor o desempenho do aluno nas atividades desenvolvidas e tomar decisões, tal como reorientar o aluno no processo diante das dificuldades de aprendizagem apresentadas, exercendo o seu papel de orientador que reflete na ação e que age.

De acordo com o Projeto de Reestruturação Curricular para o nível técnico de educação profissional do CEFET/RN, continua-se a assumir o pressuposto de que:

“o processo de ensino completa-se e retorna a seu ponto inicial coma avaliação da aprendizagem. É através dela que o professor, refletindo em conjunto com o aluno, acompanha e constata os níveis de apropriação e construção do conhecimento, de desenvolvimento de

habilidades e de formação de atitudes que se expressam através das competências requeridas nas diversas áreas profissionais.” (1999, p140)

Assim sendo, a avaliação deverá permitir ao docente identificar os elementos indispensáveis à análise dos diferentes aspectos do desenvolvimento do aluno e do planejamento do trabalho pedagógico realizado. É, pois, uma concepção de avaliação que deverá acontecer de forma contínua e sistemática mediante interpretações qualitativas dos conhecimentos construídos pelos alunos no desenvolvimento de suas competências, atitudes e habilidades.

6.6 Inclusão dos PNEE

Tendo em vista que há necessidade de que as barreiras arquitetônicas e as sociais sejam vencidas para que se torne possível a inclusão de Portadores de Necessidades Educacionais Especiais (PNEE), o CEFET/RN também incluí em suas diretrizes institucionais a superação de dificuldades para pessoas que precisem de assistência especializada. Assim, torna-se importante ampliar e sistematizar um trabalho de inclusão social no sentido de permitir aos PNEE condições para identificar as suas possibilidades e limitações buscando superá-las dentro de um processo de formação educacional e profissional.

Deverão, portanto, serem definidas regras para a inserção de PNEE nos diferentes tipos e modalidades de cursos oferecidos pelo CEFET/RN com base em um programa de capacitação e absorção de servidores

7. A NOVA IDENTIDADE INSTITUCIONAL (Henrique Moura, 2003)

7.1. O ensino médio

Problemática:

- a) O ensino médio oferecido de forma propedêutica e isolada da educação profissional (EP) não é coerente com a função social do CEFET-RN;
- b) O CEFET-RN não pode se eximir de sua responsabilidade com a sociedade do Estado e deixar de oferecer esse nível de ensino;
- c) A infraestrutura física e de recursos humanos da Instituição não é suficiente para ampliar a oferta de modo a torná-la significativa frente a matriz educacional do Estado;
- d) Está havendo uma certa “elitização” dos grupos destinatários via processo seletivo para ingresso nesta oferta (cerca de 41% dos alunos que ingressaram em 2003 estudaram em escolas públicas, na maior parte do ensino fundamental, quando este percentual já foi de cerca 75% em 1998 e 1999).

Perspectivas para a oferta:

- a) Continuar em função da responsabilidade social do CEFET-RN com a sociedade do RN, principalmente, com os coletivos menos favorecidos, que não têm outra opção de ensino médio público, gratuito e de boa qualidade;
- b) Redimensionar o projeto pedagógico para articulá-lo/integrá-lo¹ com o nível técnico, incorporando-o à função social de uma instituição de EP;
- c) Consolidar-se como referência para o Estado: convênios e outras formas de parceria com a rede pública e outras esferas da sociedade para a melhoria/ampliação de ofertas destinadas aos alunos provenientes de escolas públicas, através de estratégias diferenciadas, conforme a demanda de cada situação específica (ensino presencial e à distância, oferta de todo o currículo ou da parte de formação para o trabalho, formação/capacitação docente, entre outras possibilidades).

7.2. O nível técnico

Problemática:

- a) A separação entre os currículos do ensino médio e do nível técnico da EP, estabelecida pelo Decreto nº 2.208/97, e a prática institucional que não conseguiu articular as duas ofertas resultaram em prejuízos à qualidade dos cursos do nível técnico;

¹ A integração depende de mudança na legislação vigente, mas especificamente, no Decreto nº 2.208/97.

- b) Os jovens egressos do ensino fundamental passaram a buscar a Instituição apenas com o objetivo prioritário de cursar o ensino médio, inclusive, porque o CEFET-RN deixou de oferecer vagas na modalidade do ensino técnico concomitante;
- c) O nível técnico deixou de ser atrativo para os jovens egressos do ensino médio, pois esses preferem submeter-se ao vestibular para o nível tecnológico;
- d) O nível técnico passou a ser atrativo para os adultos/adultos jovens que já concluíram o ensino médio há algum tempo, mas não têm uma formação profissional. Apesar disso, o CEFET-RN não conseguiu conectar-se plenamente com suas expectativas e necessidades, de forma que são elevados os índices de reprovação e evasão (incompatibilidade de horários, necessidade da oferta de estudos compensatórios, falta de capacitação docente para trabalhar com educação de adultos, falta de flexibilidade na operacionalização dos itinerários dos cursos, entre outros aspectos);
- e) Não existe clareza sobre as diferenças entre os perfis desejados para o técnico e o tecnólogo, gerando uma certa superposição entre as duas ofertas;
- f) Além disso, os fundamentos do novo currículo (por competências e módulos) não alcançaram a prática docente. Dessa forma, grande parte dos profissionais ainda não compreenderam a mudança de aquisição de conteúdos para desenvolvimento de competências e de disciplina para módulo e, em consequência, de avaliação de conteúdo para avaliação por competência;
- g) Em alguns casos, há dissonância entre o perfil traçado para os profissionais e as necessidades do mundo do trabalho e da sociedade.

Perspectivas para a oferta:

- a) Concebê-la a partir da verticalização (médio - técnico - tecnológico);
- b) Manter/resgatar a oferta concomitante/integrada e destiná-la, prioritariamente, aos concluintes do ensino fundamental da escola pública;
- c) Manter a oferta para alunos que já concluíram o ensino médio, mas não têm uma formação profissional, com características específicas, a partir das seguintes premissas:
 - i. Definir que os adultos e adultos jovens são grupos destinatários prioritários;
 - ii. Incluir a compensação de estudos (humanísticos e técnicos);

- iii. Organizar através de horários e carga horária semanal adequados a esses grupos destinatários, os quais, em geral, são alunos-trabalhadores
- d) Promover uma maior sintonia com o mundo do trabalho e a sociedade.

7.3. O nível tecnológico

Problemática:

- a) Elevada demanda combinada com altas taxas de evasão;
- b) Rápida expansão sem avaliação e estudos prospectivos adequados (prevalece, em alguns casos, a luta pela sobrevivência dos grupos/professores/Instituição no lugar das necessidades da sociedade e do mundo do trabalho);
- c) Imagem não consolidada na sociedade em geral, no mundo do trabalho e internamente;
- d) Não existe clareza sobre as diferenças entre os perfis desejados para o técnico e o tecnólogo, gerando uma certa superposição entre as duas ofertas;
- e) Responsável por uma nova onda de elitização do CEFET-RN, resultando, entre outros aspectos, no elevado índice de duplicidade de matrícula com outras instituições públicas de educação superior;
- f) Em alguns casos, há dissonância entre o perfil traçado para os profissionais e as necessidades do mundo do trabalho e da sociedade.

Perspectivas:

- a) Conceber a partir da verticalização (médio - técnico - tecnológico);
- b) Institucionalizar e integrar a pesquisa, a extensão e a prestação de serviços como atividades inerentes ao CEFET-RN e ao seu corpo funcional;
- c) Levar à prática o conceito de itinerários formativos verticais, fortalecendo-se mutuamente com o nível técnico;
- d) Reforçar a função social do CEFET-RN, orientando as ofertas aos coletivos mais desfavorecidos.
- e) Promover uma maior sintonia com o mundo do trabalho e a sociedade.

7.4. O nível básico

Problemática:

- a) As ofertas ainda não foram incorporadas à cultura institucional como parte de sua função social, ou seja, continuam sendo consideradas como algo à parte, a exemplo do que ocorria com os antigos cursos extraordinários;
- b) Os cursos geralmente surgem por iniciativa individual ou de pequenos grupos, no lugar de estarem vinculados a uma área de formação profissional e, em consequência, a uma gerência educacional;
- c) Os cursos costumam ser de duração muito curta e não são estruturados como parte de uma formação/qualificação mais ampla do trabalhador;
- d) Em geral, as ofertas privilegiam competências puramente instrumentais para o trabalho, esquecendo aquelas que fazem parte da formação cidadã;
- e) Ainda não existe clareza sobre a amplitude e o significado dos cursos de nível básico. Se forjou uma certa imagem de que essas ofertas são destinadas, quase exclusivamente, a indivíduos com baixa escolaridade. Na verdade, esses coletivos se constituem em importantes grupos destinatários, mas não são os únicos;
- f) As ofertas oferecidas via convênio SINE-RN/FUNCERN/CEFET-RN padecem dos mesmos problemas anteriores, além de que:
 - i. São concebidos dentro do SINE-RN, que privilegia a quantidade de profissionais “formados” em detrimento da qualidade da formação e, em consequência, se agrava com a questão da baixa carga horária dos cursos;
 - ii. As instituições parceiras do SINE-RN disputam no sentido de oferecer a maior quantidade possível de ofertas e, conseqüentemente, aceder a uma maior fatia do financiamento do FAT. Isso gera várias distorções, como: o barateamento das ações que implica em perda de qualidade das mesmas; o deslocamento do centro da definição sobre que instituição vai ministrar cada curso da esfera da competência técnica para a das relações entre organizações/entidades e pessoas; a proliferação de novas instituições de EP estruturadas com o fim de aceder a esses recursos do FAT e sem formadores e gestores qualificados nesse campo educacional; a falta de um sistema eficiente que avalie a capacidade de (re)inserção no mundo do trabalho proporcionada pelas distintas ofertas; entre outras.

Perspectivas para o nível básico:

- a) Concebê-lo como ambiente de formação contínua dos trabalhadores e trabalhadoras, independentemente do nível de escolaridade. Ou seja, consolidar a idéia de que este nível pode e deve atender a profissionais empregados ou desempregados com baixo, médio ou elevado grau de escolaridade formal (desde neoleitores até pós-graduados) e que cada oferta deve ser construída considerando essas e outras especificidades dos distintos grupos destinatários;
- b) Conceber a as ofertas a partir de cada área de formação profissional, ou seja, dentro de cada gerência educacional;
- c) Conceber a partir de uma noção de competência que privilegie competências específicas e a formação do cidadão;
- d) Assegurar o acompanhamento pedagógico de todas as ofertas;
- e) Avaliar os cursos do SINE-RN e articular-se com sistema “S” e Conselho Diretor para promover mudanças;
- f) Formar formadores e gestores das novas instituições de EP via parceria com o SINE-RN, contribuindo para uma melhoria sistêmica da qualidade da oferta no Estado.

7.5. A Formação de professores

Problemática:

- a) Insuficiência do quadro de pessoal docente;
- b) Inexistência de um projeto pedagógico que defina a política institucional para esta oferta educacional e que articule os distintos cursos;
- c) Deficiência na infraestrutura física, principalmente nos laboratórios;
- d) Dificuldades para a operacionalização dos estágios curriculares.

A perspectiva para a formação de professores é redimensionar a oferta, orientando-a a:

- a) Estruturação de cursos a partir de uma concepção distinta da educação superior tradicional, ou seja, elaborar e implementar projetos mais abrangentes que visem a

articulação entre as disciplinas, conforme sugere os parâmetros curriculares do Ensino Médio. Neste sentido, as novas ofertas devem romper com a concepção disciplinar da formação de professores e avançar na direção da inter e transdisciplinaridade;

b) Formação de professores para atuar na EP.

7.6. A Pesquisa

Problemática:

a) A Instituição ainda não tem uma política de pesquisa consolidada. Apesar disso é incontestável o avanço do CEFET-RN nessa esfera, já que nos últimos anos se evoluiu de uma situação na qual as poucas atividades eram iniciativas puramente individuais, para um quadro onde já se percebe um claro esforço no sentido de institucionalizá-la como uma função própria da Organização;

b) Em função desse quadro, no qual a cultura da pesquisa não está consolidada, ainda não se conseguiu integrá-la plenamente aos processos educacionais (ensino e extensão) da Instituição;

c) Inexistência de fontes de financiamento específicas para o fomento das atividades.

Perspectivas para a pesquisa no CEFET-RN:

a) Desenvolvê-la de forma articulada com os processos formativos e/ou em parceria com outras organizações e em colaboração com a Fundação. Deve ser predominantemente aplicada, desenvolvida através de, através de processos de Formação + Pesquisa + Desenvolvimento (F+P+D), e voltada para:

- i. Melhoria da prática pedagógica;
- ii. Desenvolvimento de produtos e resolução de problemas do setor produtivo;
- iii. Melhoria da qualidade de vida do entorno, principalmente, dos coletivos menos favorecidos;
- iv. Melhoria dos processos institucionais (de formação, de gestão, de relação com o entorno, de avaliação, entre outros);
- v. Busca de financiamento em órgãos públicos, privados e no terceiro setor para a viabilização das ações propostas nos itens anteriores.

7.7. A Extensão

Problemática:

Igualmente à pesquisa, ainda não estão consolidados as políticas inerentes às atividades de extensão do CEFET-RN, apesar do crescimento experimentado nos últimos anos.

Perspectivas para a institucionalização das atividades de extensão:

a) Desenvolver de forma articulada com o ensino e a pesquisa e com organizações parceiras e em colaboração com Fundação. Deve estar voltada para:

- i. Promover uma maior integração entre o CEFET-RN e a sociedade, consolidando a ação institucional além de seus próprios muros;
- ii. Potencializar o uso social das tecnologias;
- iii. Desenvolver ações voltadas para a qualificação profissional, melhoria da qualidade de vida e construção / resgate da cidadania;
- iv. Incentivar a retomada de trajetórias educativas interrompidas.

7.8. O modelo proposto

Na Figura 1, apresentamos a proposta de modelo pedagógico que incorpora todos os aspectos caracterizados na discussão do item anterior e integra e articula todas as ofertas educacionais da Instituição.

7.8.1. Pressupostos e descrição do modelo proposto

O modelo proposto assume os seguintes pressupostos:

- a) Prioridade para os grupos destinatários provenientes de escolas públicas para todas as ofertas educacionais;
- b) Verticalização da educação profissional constituindo uma trajetória obrigatória para os alunos que desejarem ascender no seu processo formal de educação, representada pelas setas cheias;

- c) Saídas intermediárias durante todo o processo de verticalização dos níveis e modalidades de educação oferecidos, representadas pelas setas tracejadas;
- d) Flexibilidade;
- e) Os cursos do nível básico são assumidos como um ambiente de formação contínua e poderão ser oferecidos durante todo o processo de verticalização da educação oferecida pelo CEFET/RN e ou para uma clientela específica dependendo de uma demanda identificada em segmentos da sociedade;
- f) Haverá um fluxo contínuo de profissionais-cidadãos entre os processos formativos, o mundo do trabalho e a sociedade em geral e a formação contínua;
- g) Os cursos noturnos obedecerão a uma política de oferta diferenciada de forma a adequar-se às condições do aluno-trabalhador ou àquele que se encontra fora do processo formal de trabalho;

Descrição do modelo:

- a) O ingresso no nível técnico pode ocorrer de três formas distintas através de processo seletivo:
 - i. Alunos egressos do ensino fundamental das redes pública e privada, situação em que continuará a reserva de, no mínimo, 50% das vagas para a entrada via PROCEFET. Esses alunos cursarão o ensino médio de forma concomitante ou articulada com o nível técnico da educação profissional, de acordo com a legislação que estiver em vigor no país. Essa concomitância ou articulação poderão começar a partir da 2^a ou 3^a séries, conforme cada situação específica e um planejamento de estrutura curricular a ser construído;
 - ii. Alunos que estejam cursando a terceira série do ensino médio na rede pública de educação, aos quais será oferecida compensação de estudos do ensino médio com vistas a proporcionar-lhes melhores condições para o desempenho das atividades acadêmicas. A compensação de estudos nesse caso deverá ter por base os princípios científicos e tecnológicos desenvolvidos nas áreas de conhecimentos do ensino médio para que os estudantes possam superar dificuldades advindas da realização de um curso na rede pública e a partir de um diagnóstico realizado com aqueles que passarem na seleção específica;

iii. Adultos que já concluíram o ensino médio há algum tempo, mas não têm formação profissional, aos quais também será oferecida a compensação de estudos. A compensação de estudos neste caso terá por base um diagnóstico feito com aqueles que forem classificados no processo seletivo específico e deverá ter características próprias para uma clientela de jovens e adultos com experiência de trabalho. Assim, poderão ser utilizados diferentes mecanismos de atividades presenciais e não-presenciais, da concomitância ou não com o módulo 01 do nível técnico de educação profissional, a partir de uma programação definida em conjunto com os professores a ser apresentada e discutida com os alunos. Quanto a carga horária para essa atividade, deverá ser definida a partir do diagnóstico realizado com a clientela;

b) Verticalização da educação profissional. Caracterizada pela articulação entre o ensino médio e os níveis técnico e tecnológico da educação profissional. De acordo com a proposta o aluno pode aproveitar estudos do ensino médio para o nível técnico (módulo 1 do técnico, na Figura 1) e desse para o nível tecnológico (módulo 1 do tecnológico, na Figura 1);

c) Esse núcleo central do modelo (médio-técnico-tecnológico) pode ser alterado caso se concretize a mudança na legislação da educação profissional que aponta na direção dos restabelecimento da integração entre o ensino médio e o nível técnico. Nesse caso, a oferta do nível técnico para os adultos seria oferecida através de currículo específico e a oferta destinada aos estudantes da 3^a série da rede pública seria inviabilizada.

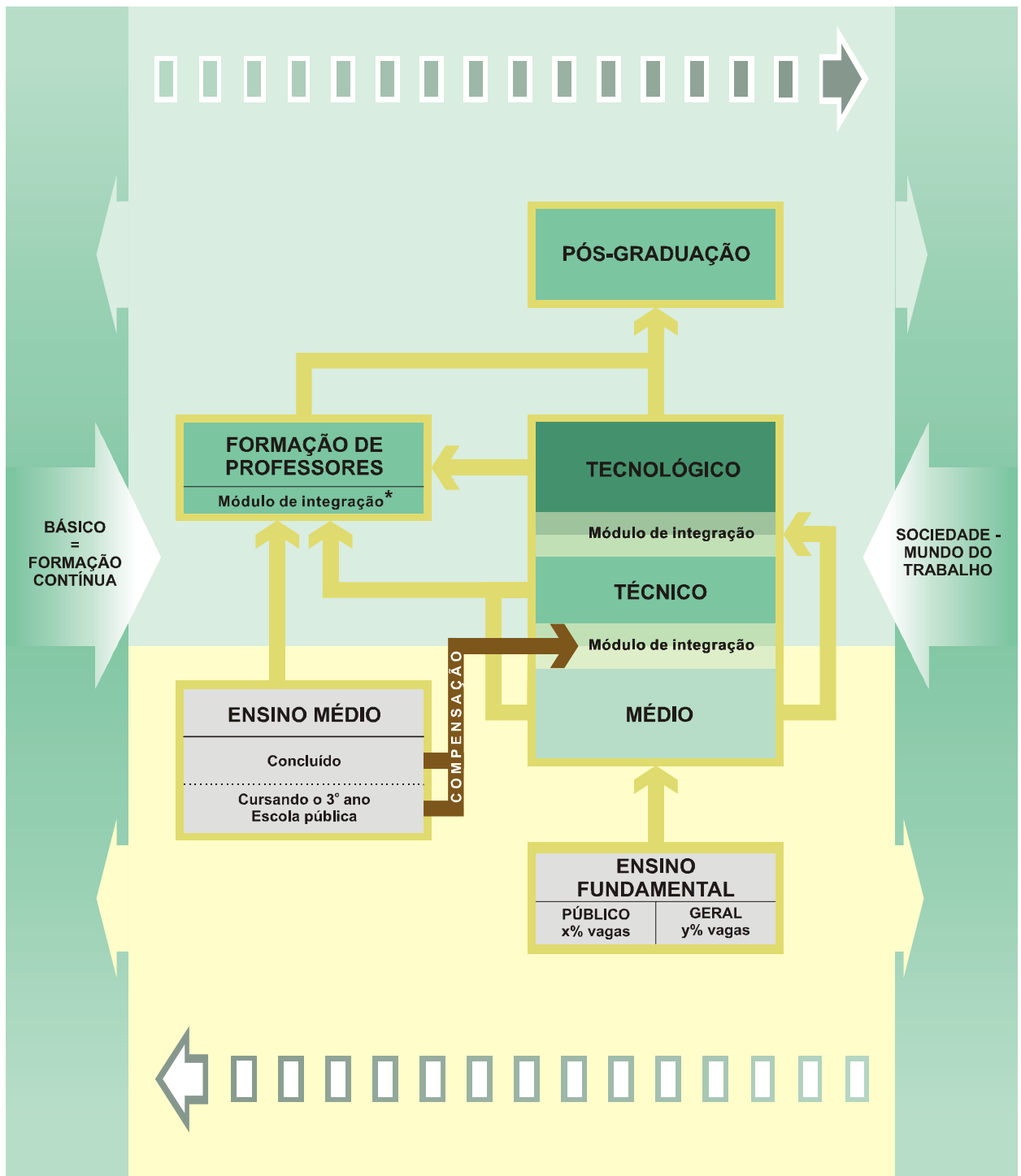
d) O ingresso no nível tecnológico ocorrerá via vestibular ou através da verticalização, quando se criarem os instrumentos legais que contemplem essa situação. Para privilegiar a entrada de alunos provenientes da rede pública de educação, será instituído um programa semelhante ao PROCEFET. Além disso, para incentivar a verticalização /aproveitamento de estudos, enquanto a única via de ingresso for o exame vestibular, os aprovados no nível tecnológico que forem técnicos na mesma área de formação profissional terão seus estudos aproveitados e estarão dispensados de cursar o primeiro módulo, totalmente ou parcialmente, da respectiva carreira.

e) O ingresso nos cursos de formação de professores ocorrerá através de vestibular aberto à toda a comunidade. No caso da formação de professores para a educação profissional, os aprovados que forem técnicos oriundos da mesma área de formação profissional objeto da

licenciatura terão seus estudos aproveitados e estarão dispensados de cursar o primeiro módulo do respectivo curso.

f) O ingresso na pós-graduação será aberto à toda a comunidade e ocorrerá através de mecanismos específicos para cada caso e especificados nos projetos dos cursos a serem oferecidos.

g) Os módulos de integração serão organizados a partir de conteúdos que contribuam para a formação de uma base científica e tecnológica, conforme seja a especificidade de cada nível de ensino. Nessa perspectiva, pode-se indicar como exemplos: introdução a administração, gestão ambiental, segurança do trabalho, entre outros.



* Dispensado para os cursos de formação de professores da Educação Profissional, no caso de aprovados oriundos da mesma área objeto do curso

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto nº 2.855, de 02/12/1998. **Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos de Direção e Funções Gratificadas das Escolas Técnicas Federais, e dá outras providências.** Disponível em <http://www.mec.gov.br/semtec/educprof/ftp/dec2208.rtf>. Acesso em 02/07/2003.

_____. Lei nº 9.394, de 20/12/96 - LDB. **Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional.** Disponível em <http://www.mec.gov.br/semtec/educprof/ftp/lei9394.rtf>. Acesso em 02/07/2003.

_____. Resolução nº 04/CEB, de 04/12/1999. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.** Disponível em <http://www.mec.gov.br>. Acesso em 02/07/2003.

CABELLO, M. J. (1998). Aprender para conviver: concepciones y estrategias en educación de personas adultas. IN: **Revista diálogos**, vol 14. Madri.

CASTELLS, M. **La sociedad red: la era de la información, vol. I.** Alianza. Madri. 1997.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto do PROEP / CEFET-RN.** Natal: CEFET-RN, 1998.

_____. **Projeto de reestruturação curricular.** Natal: CEFET-RN, 1999.

_____. **Proposta curricular para o ensino médio.** Natal: CEFET-RN, 2001.

_____. **Projeto do PROEP / CEFET-RN.** Natal: CEFET-RN, 1998.

DELORS, J. **La educación encierra un tesoro.** Santillana / UNESCO. Madrid, 1996.

DIEESE. **Desemprego no Rio Grande do Norte: visão de empresários e trabalhadores.** Natal: DIEESE / RN, 2002.

DIETERICH, H. Globalización, educación y democracia. IN: **La Aldea global.** Txalaparta. Tafalla / Argentina, 1999.

FREIRE, Paulo. **Conscientização. Teoria e prática da libertação.** São Paulo: Centauro, 1980.

FRIGOTTO, G. **A Produtividade da escola improdutiva.** 5ª Ed.. São Paulo: Cortez, 1999.

HENRIQUE MOURA, D. **La Autoevaluación como Instrumento de Mejora de Calidad: un Estudio de Caso (El Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte / CEFET - RN / Brasil).** Madri: Tese de doutorado defendida junto ao

Departamento de Didáctica y Organización Escolar da Universidade Complutense de Madri, 2003.

HOFFMAN, Jussara Maria. **Avaliação mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Mediação, 1993. (20 ed. revista, 2003).

LLAMAS, J. M. Coronel. **Organizaciones escolares. Nuevas propuestas de análisis e investigación**. Universidade de Huelva/Serviço de publicações. Huelva/Espanha, 1998.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.

SACRISTÁN, Jimeno. GOMEZ, A.I. Pérez. Revisão técnica Maria da Graça Souza. **Compreender e transformar o ensino**. 4 ed. Porto Alegre: Artes Médica Sul, 1998.

SATO, M. Dialogando saberes na educação ambiental. IN: **Encontro paraibano de educação ambiental/2000**. Disponível em http://www.reasul.univali.br/saberesEA_michele.htm. Acesso em 09/10/2003.